



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 001/2024

DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS-TO, 25 DE MARÇO DE 2024.

Processo: 001/2024

Demandante: Associação de Apoio ao Colégio Estadual João Dias Sobrinho

Responsável pela Formalização: Regina de Maura Gomes Dias

Matrícula Funcional: 473306-2

e-mail: regina.dias@professor.to.gov.br

Telefone: (63) 98436-3216

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

As Associações de Apoio às escolas, respaldadas pela Lei 6.015/1973, desempenham um papel crucial na gestão educacional, promovendo a participação coletiva e democrática na administração escolar. Com o intuito de aprimorar o processo educacional e garantir a eficácia na execução dos recursos públicos, torna-se imperativo destacar a necessidade de contratar a aquisição de gás de cozinha.

A aquisição desse material é essencial para assegurar a continuidade das atividades da Associação de Apoio Escolar, uma vez que são fundamentais para a elaboração da alimentação escolar dos alunos. Destaca-se que essa aquisição visa atender diretamente as demandas dos setores da Associação, garantindo um ambiente propício para o atendimento adequado aos alunos da rede estadual de ensino, com foco na qualidade e eficiência dos serviços oferecidos.

É importante ressaltar que o Colégio Estadual João Dias Sobrinho abrange alunos dos níveis da educação básica, incluindo, ensino fundamental II, ensino médio e educação de jovens e adultos, regulamente matriculados. No contexto da gestão descentralizada adotada pelo Estado do Tocantins, as associações têm a responsabilidade de realizar as contratações de bens de consumo necessárias para a manutenção das escolas.

A contratação da aquisição aqui buscada se faz necessário devido ser de suma importância para elaboração da alimentação ofertada aos alunos.

Vale ressaltar que a presente aquisição será realizada por Dispensa de Licitação, seguindo as normativas da Lei Federal nº 14.133/2021, para garantir agilidade e eficiência no processo.



Diante disso, é essencial realizar a dispensa de licitação para a aquisição de gás de cozinha, para atender de forma eficaz às necessidades da Associação de Apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho.

2. INDICAÇÃO DO OBJETO E PREVISÃO NO PCA

A Associação em questão não elabora um Plano de Contratações Anual devido à sua natureza como uma instituição pública de direito privado. No entanto, é importante ressaltar que os repasses estaduais realizados pela Secretaria da Educação do Estado do Tocantins e repassados às Associações de Apoio Escolares. Portanto, a necessidade de precisão no Plano de Contratações Anual não se aplica a essas aquisições específicas.



Documento assinado digitalmente

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES

Data: 25/03/2024 13:01:07-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Lucídes Vieira Moraes Valadares
Presidente da Associação de Apoio
do Colégio Estadual João Dias Sobrinho

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

- 1.1 Aquisição do fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg para preparação da alimentação escolar, aos alunos matriculados na Colégio Estadual João Dias Sobrinho- município de Divinópolis do Tocantins/TO, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e no termo de referência.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 As Associações de Apoio às escolas, respaldadas pela Lei 6.015/1973, desempenham um papel crucial na gestão educacional, promovendo a participação coletiva e democrática na administração escolar. Com o intuito de aprimorar o processo educacional e garantir a eficácia na execução dos recursos públicos, torna-se imperativo destacar a necessidade de adquirir de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg;
- 2.2 A aquisição desses materiais é essencial para assegurar a continuidade da preparação da alimentação escolar dos alunos desta unidade de ensino, Destaca-se que essa aquisição visa atender diretamente as demandas do setor da alimentação escolar, garantindo um ambiente propício para o atendimento adequado aos alunos do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, com foco na qualidade e eficiência dos serviços oferecidos;
- 2.3 É importante ressaltar que o Colégio Estadual João Dias Sobrinho abrange alunos de todos os níveis da educação básica, incluindo, ensino fundamental II, ensino médio e educação de jovens e adultos, regulamente matriculados. No contexto da gestão descentralizada adotada pelo Estado do Tocantins, as associações têm a responsabilidade de realizar as compras necessárias para a manutenção das escolas, o que torna a aquisição de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em

vasilhame de 13 Kg ainda mais relevante;

- 2.4 Vale ressaltar que a presente aquisição será realizada por Dispensa de Licitação, seguindo as normativas da Lei Federal nº 14.133/2021, para garantir agilidade e eficiência no processo. Além disso, é necessário adquirir a recarga de Gás Liquefeito

de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg para fornecer suporte a alimentação escolar da Associação de Apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, considerando suas características e demandas específicas;

- 2.5 Diante disso, é essencial realizar o registro de preços para a aquisição de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg, garantindo uma entrega parcelada conforme a demanda, para atender de forma eficaz às necessidades da Associação de Apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho;
- 2.6 Os produtos a serem adquiridos devem atender ao disposto na legislação e regulamentos federais, estaduais e municipais sobre gás liquefeito, além da estabelecida pela Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), incluindo todos os dispositivos legais relacionados ao objeto (licenças, comercialização, transporte, armazenamento, segurança, etc...);

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

- 3.1 A contratação pretendida está alinhada às necessidades da unidade escolar, estabelecidas com base nas diretrizes de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg definidas pela equipe gestora. Os materiais de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos, garantindo eficiência no cardápio escolar;

- 3.2 Os materiais de de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP devem cumprir obrigatoriamente as normas de segurança e qualidade estabelecidas pelos órgãos competentes. É essencial que esses materiais possuam indicação clara da data de fabricação e do prazo de validade, garantindo sua eficácia e segurança durante o uso;
- 3.3 Além disso, é importante que os botijões de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP sejam armazenados e transportados de forma adequada, utilizando embalagens que garantam a proteção e integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1 Após levantamento podemos citar algumas possibilidades que atendam ao modelo pretendido nesse estudo sobre a aquisição de fornecimento de recarga Gás Liquefeito de Petróleo – GLP;



- 4.2 Justificativa técnica e econômica da escolha da solução após levantamento de mercado e sua análise, chega-se a conclusão que a melhor solução técnica e econômica para Colégio Estadual João Dias Sobrinho seria a realização de um registro de preço do fornecimento de recarga Gás Liquefeito de Petróleo GLP – 13 KG P-(13) para suprir as demandas;
- 4.3 Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa de preço realizada junto as Empresas Gás Lar, Comercial Pias, Baratão Supermercado, Cesta de Preços em: <http://sistema.cestadeprecos.com> e ANP Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis através do endereço: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-ao-consumidor-consolidados-glp> . nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. A solução que melhor atende às necessidades fora descrita no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar, bem como no Documento de Formalização da Demanda, o qual traz maiores ganhos do ponto de vista da necessidade da aquisição, bem como da economicidade e do interesse público, é aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, Copa/Cozinha e primordial para elaboração do cardápio da alimentação escolar do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, conforme planejamento elaborado;
- 5.2 Conclui-se que a solução para a necessidade apresentada nesse estudo será a contratação de empresa especializada para abastecimento da recarga do Botijão Gás Liquefeito De Petróleo – GLP envasado 13kg ao **Colégio Estadual João Dias Sobrinho**, conforme planejamento elaborado e aprovado, quantidade de dias letivos, número de alunos matriculados e números de lanche e refeição servidos na unidade escolar.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1 As quantidades a serem contratadas foram baseadas no consumo anual da unidade escolar, tendo como base as demandas registradas no ano anterior e também no Planejamento anual de compras das Unidades;

ANO	QUANTIDADE ADQUIRIDA
2021	90
2022	100
2023	108

7. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

7.1. O valor estimado da aquisição é de R\$ 119,00;

7.2. Os valores de aquisições são meramente estimativos, estando conforme levantamento das despesas das edições anteriores, sendo necessária a cotação de preços do mercado local, para aferir o valor médio/referência para nortear o procedimento

7.3 Os valores finais para a aquisição pormenorizados para cada item deverão estar descritos no Mapa Comparativo de Preços;

7.4 A pesquisa de preços será realizada seguindo as normas e legislações vigentes, estimando o custo da contratação, auxiliando na análise da viabilidade e delimitando os recursos orçamentários necessários à dispensa de licitação conforme o objeto;

7.5 A estimativa de preços será realizada junto a empresas que comercializam o abastecimento de recarga do Botijão Gás Liquefeito De Petróleo – GLP envasado 13kg e, atas de registro de preços dentro do prazo de validade e contratos existentes, em observação as normas e legislação vigente.



8. JUSTIFICATIVA PARA O (NÃO) PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo aquisição ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de fornecedores, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

10.1. A aquisição pretendida está alinhada com o orçamento para a Manutenção da Unidade Escolar.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

11.1 Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente para o fornecimento de recarga do Botijão Gás Liquefeito De Petróleo – GLP envasado 13kg.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Comprovação de aptidão do licitante através de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Contratada tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser adquirido e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto.

12.2 Para o Gás GLP envasado em Botijões de 13 Kg, o licitante deverá apresentar CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PONTO DE REVENDA DE GLP válido, emitido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

13.1 Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a unidade escolar.

Divinópolis do Tocantins/TO, 25 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente

LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES

Data: 25/03/2024 13:01:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucides Vieira Moraes Valadares
Presidente da Associação



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Aquisição e Contratação de empresa para fornecimento de Recarga de gás de cozinha (GLP) - 13kg , Vasilhame 13kg , destinados à atender as necessidades do Colégio Estadual João Dias Sobrinho:

1.1.1 O prazo de vigência é fixado com início na data de 01/04/2024 e encerramento em 31/12/2024 , previsto no artigo 107, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

1.2 Da especificação do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	Botijão Gás Liquefeito De Petróleo – GLP envasado, Tipo Gás Propano Butano, Capacidade Botijão 13KG, suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47 de 24/03/1999 da ANP e NBR 140224 da ABNT.	120	119,00	14.280,00

12.1 Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, em especial ANVISA ou equiparadas, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.

12.2 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com as especificações solicitadas, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133/2021. ;

1.3 A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



2.1 A descrição da solução na totalidade encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Trata-se de bens comuns a ser contratado mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega do objeto é logo após a assinatura do contrato e deverá ocorrer de forma parcelada na quantidade de 10 parcelas mensal sendo a quantidade mínima de 04 (quatro) e máxima de 06 (seis) unidades entrega semanal, com periodicidade no seguinte endereço: Avenida Sebastião Borba Santos nº 994-Centro, Divinópolis do Tocantins – Setor da Alimentação Escolar;

4.2 Os botijões deverão possuir rótulo indicando prazo de validade e lacre de garantia;

4.3 O transporte dos botijões ficará por conta da empresa CONTRATADA;

4.4 A entrega do bem deverá ser atestada pelo Órgão Contratante, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Termo de Contrato (anexo I);

4.5 O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria fatura correspondente, mediante a entrega do objeto, pela Contratada;

4.6 A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes neste instrumento, independentemente da quantidade rejeitada, no prazo de 24(vinte quatro) horas a contar da notificação.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Fazer a requisição do material por What Up e confirmação do recebimento por telefone;

5.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nesse Termo de Referência e



no Termo do Contrato (anexo I);

5.1.3 Conferir se o material entregue pela Contratada está em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e Termo do Contrato (anexo I);

5.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

5.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos nesse Termo de Referência e no processo de Contratação;

5.1.7 Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

5.2 A Associação de apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



- 6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.2 A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- 6.3 Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá:
 - 6.3.2 Atender prontamente às solicitações da Associação de apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho, no fornecimento dos itens contratados nas quantidades e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA;
 - 6.3.3 Entregar os itens acondicionados adequadamente, em invólucro lacrado, para permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota promissora/nota fiscal, discriminando o quantitativo do produto, conforme as especificações técnicas;
 - 6.3.4 A nota fiscal deverá ser acompanhada pelas Certidões de Regularidades Fiscais;
 - 6.3.5 Substituir quaisquer itens que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, que apresente defeito ou não esteja em conformidade com as especificações da proposta apresentada;
 - 6.3.6 Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
 - 6.3.7 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;
 - 6.3.8 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer inconformidade apresentada;
 - 6.3.9 Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente à embalagem e transporte para a entrega dos objetos contratados aos técnicos da unidade escolar.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Associação à continuidade do contrato.

9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1 Os fiscais /gestores do contrato ou instrumento equivalente serão nomeados oportunamente, pela Associação de apoio ao Colégio Estadual João Dias Sobrinho, nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, a qual diz que a execução do contrato deverá ser acompanhada para e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscal do contrato, representantes da administração especialmente conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Associação ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3 O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 DO PAGAMENTO

- 10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 10.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite



de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

- 10.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;
- 10.4 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;
- 10.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 10.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 10.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) ;
- 10.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- 10.10 O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
- 10.11 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Associação



deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

- 10.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 10.13 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 10.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 10.15 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;
- 10.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 10.17 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;
- 10.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do



vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \quad I = (6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.2 preço contratado é fixo e irrevogável durante toda vigência do Termo de Contrato.

10.3 Nos preços citados no item anterior já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11 DO REAJUSTES DE PREÇO

11.1 O preço contratado é fixo e irrevogável durante toda vigência do Termo de Contrato.

11.2 Nos preços citados no item anterior já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



12.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 cometer fraude fiscal;

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Associação pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 **Multa moratória** de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.2.3 **Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6 **Impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7 **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2.8 As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, I, II, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

12.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Associação em



virtude de atos ilícitos praticados;

12.3.4A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021;


12.3.5A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Associação, observado o princípio da proporcionalidade;

12.3.6As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 Será utilizado recurso do tesouro estadual, transferido pela Secretária de Educação a Associação de apoio do Colégio Estadual João Dias Sobrinho previsto no PLANO DE APLICAÇÃO/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO dos recursos financeiros oriundos do PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

Divinópolis do Tocantins - TO, 25 de março de 2024

Documento assinado digitalmente
 LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES
Data: 25/03/2024 13:01:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente da Associação de Apoio
Colégio Estadual João Dias Sobrinho
Lucídes Vieira Morais Valadares

PARECER TÉCNICO Nº 001/2024

Assunto: Dispensa de Licitação para Aquisição do fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg para preparação da alimentação escolar

Interessado: Associação de Apoio ao Colégio Estadual João Dias Sobrinho

I – RELATÓRIO:

Foi-nos encaminhado, para apreciação, os autos, referente aos procedimentos de dispensa de licitação referente aquisição do fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg para preparação da alimentação escolar, com as especificações constantes no Termo de Referência.

Compulsando os autos foi verificado as seguintes peças documentais essenciais para a formalização da dispensa de licitação:

- *Solicitação para aquisição e abertura de procedimento;*
- *Estudo Técnico preliminar;*
- *Termo de Referência;*
- *Cotações de Mercado;*
- *Mapa de Cotação de Preços;*
- *Comprovante de recurso disponível (Extrato Bancário).*
- *Relatório da Dispensa Eletrônica comprasnet;*
- *Certidões e Documentos de Habilitação dos Fornecedores Vencedores;*
- *Justificativa de preço e razão da escolha do contratado;*
- *Portaria de Dispensa de Licitação;*

É O RELATÓRIO.

II – PARECER:

Analisando o expediente, verificamos que os procedimentos atendem às determinações contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, no que se refere à dispensa de licitação na forma eletrônica no portal de compras governamentais do Governo Federal (comprasnet), através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, Aquisição do fornecimento de recarga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, envasado em vasilhame de 13 Kg para preparação da alimentação escolar, garantindo assim o abastecimento de gás necessários ao Colégio Estadual João Dias Sobrinho, razão pela qual propugnados pelo prosseguimento.

É O NOSSO PARECER,

Divinópolis do Tocantins - TO, aos 25 dias do mês de março do ano de 2024.

Regina de Maura Gomes Dias

Coordenadora Adm. Finanças

Lucides Vieira Morais Valadares

Presidente da Associação

Documento assinado digitalmente



LUCIDES VIEIRA MORAIS VALADARES

Data: 25/03/2024 13:01:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>